



A IMPORTÂNCIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA PERSPECTIVA DA QUALIDADE DA/NA EDUCAÇÃO INFANTIL

The importance of working conditions for the construction of pedagogical documentation from the perspective of the quality in Early Childhood Education

Maria Luiza Rodrigues **FLORES**

Departamento de Estudos Especializados
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil
malurflores@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6577-681X> 

Adriana Silva da Costa **VIDALETTI**

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil
vidaletti.adrianasc@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5196-6644> 

Aida Cunha **BATISTA**

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil
aidapontobatista@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9647-8305> 

Mais informações da obra no final do artigo 

RESUMO

No presente artigo, são discutidas as relações entre as condições de trabalho docente e a produção da documentação pedagógica na Educação Infantil, pondo em foco a relevância da carga horária remunerada na jornada docente para a sustentação do planejamento em uma perspectiva coletiva e formativa. A metodologia do estudo, de natureza qualitativa, envolveu a análise documental e o levantamento do estado da questão na produção acadêmica. Os resultados da revisão da literatura apontam a importância das políticas de valorização docente, com foco na remuneração, incluindo outras etapas da educação básica. Quanto à documentação pedagógica, os trabalhos enfatizam o potencial desta para a avaliação do desenvolvimento e das aprendizagens das crianças sem evidenciar a sua relação com as condições de trabalho. Destacamos a necessidade de estudos sobre o tema, com foco nas especificidades da Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Documentação pedagógica. Registro. Valorização docente. Jornada de trabalho. Qualidade.

ABSTRACT

The article discusses the relationships between teaching working conditions and the production of pedagogical documentation in early Childhood Education, focusing on the relevance of paid hours in the teaching day for the purpose of supporting planning from a collective and formative perspective. The study methodology, of a qualitative nature, involved documentary analysis and survey of the state of the issue in academic production. The results of the literature review point to the importance of teacher development policies, focusing on remuneration, including other stages of basic education. In relation to pedagogical documentation, the works emphasize its potential for evaluating children's development and learning, without showing any relationship with working conditions. We highlight the need for studies on the topic focusing on the specificities of early childhood education.

KEYWORDS: Early Childhood Education. Pedagogical documentation. Record. Teacher appreciation. Workday. Quality.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema as relações entre a valorização das¹ profissionais que atuam na Educação Infantil e as possibilidades de constituição de um trabalho coletivo que venha sustentar práticas pedagógicas de qualidade. A perspectiva que defendemos acerca do trabalho em uma instituição de Educação Infantil pressupõe condições que garantam a realização de um planejamento pedagógico em equipe, assim como a construção de uma documentação consistente e capaz de promover um círculo virtuoso, contemplando o planejamento, as práticas cotidianas, a documentação pedagógica, a reflexão sobre a prática e a avaliação do alcance dos objetivos, de maneira a contribuir para a realização de ações na direção da melhoria da qualidade (BRASIL, 2015).

A pergunta que orientou o estudo indaga sobre as relações que podem ser estabelecidas entre aspectos da política de valorização docente e a construção de uma documentação pedagógica de qualidade na Educação Infantil. Especificamente, nosso objetivo foi evidenciar a importância das condições de trabalho no que tange à garantia de espaços e tempos para o planejamento e o registro, de maneira a dar sustentação à produção de uma documentação pedagógica consistente por parte de uma equipe de profissionais.

Para fins deste trabalho, consideramos documentação pedagógica de qualidade aquela que materializa um trabalho coletivo construído no cotidiano das instituições de Educação Infantil, tendo como base as concepções de criança, de infância e de Educação Infantil expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), estabelecidas pela Res. CNE/CEB n.º 05/09 (BRASIL, 2009, art. 10).

A literatura do campo da valorização docente com base na legislação em vigor aponta a importância de aspectos diversos, tais como a existência do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), a formação inicial em nível superior, o cumprimento da Lei do Piso Salarial Nacional (BRASIL, Lei n.º 11.738/2008), o estabelecimento de um salário atrativo para a carreira do magistério e a formação continuada em serviço (ROGÉRIO FERNANDES GURGEL e LUIZ DE SOUSA JÚNIOR, 2013; EFIGÊNIA MARIA DIAS COSTA *et al.*, 2018; CAMILA TURATI PESSOA e NILZA SANCHES TESSARO LEONARDO, 2017; LUCIANO BARBOSA DE QUEIROZ *et al.*, 2017; NÚBIA SCHAPER

¹ Como forma de reafirmar a presença majoritária de mulheres na Educação Infantil, realizamos a flexão de gênero no feminino ao longo do texto.

SANTOS *et al.*, 2018)².

A Lei do Piso Salarial Nacional estabelece o percentual da carga horária que deve ser destinado ao planejamento, sendo este uma condição indispensável para a etapa da Educação Infantil, em que a necessidade do trabalho em equipe se impõe, seja pela jornada de atendimento, seja pela razão adulto/criança. O atual Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei n.º 13.005/14, coloca em evidência elementos fundamentais sobre as condições de trabalho docente em suas metas 15, 16, 17 e 18.

Com base na legislação vigente e nas especificidades da atuação docente na Educação Infantil, justificamos a importância deste trabalho, na medida em que o tempo destinado à formação continuada em serviço deve contemplar espaços e tempos adequados ao planejamento coletivo em uma escola da infância como suporte para ações de registro, documentação e reflexão sobre as propostas, materiais, práticas e produções que envolvam profissionais, crianças e famílias.

A metodologia do estudo, de natureza qualitativa (MARLI ANDRÉ, 2013; UWE FLICK, 2010), envolveu a análise documental e da legislação vigente e o levantamento do estado de questão (TAINARA BATISTA BARROS; RITA DE CÁSSIA DE SOUZA; MARIA SIMONE EUCLIDES, 2022) em revistas acadêmicas selecionadas como de interesse temático e no Portal de Periódicos da Capes. Para essa busca, foi considerado um conjunto de descritores subdividido em dois blocos, que aqui chamaremos de 'termos de busca': (1) documentação pedagógica, registro, planejamento e qualidade; (2) condições de trabalho, jornada de trabalho e valorização docente. Em ambos os casos, a expressão Educação Infantil e os termos creche e pré-escola foram utilizados de maneira combinada.

Os principais resultados a partir dos materiais analisados indicam que as condições de trabalho na Educação Infantil são mais precarizadas do que aquelas do ensino fundamental, chegando a haver, em muitos casos, a negação do tempo necessário à formação continuada e ao trabalho em equipe, o que pode repercutir, inclusive, em prejuízo de tempos e espaços necessários à produção da documentação pedagógica (MARIA MALTA CAMPOS; JOLETE FÜLLGAF; VERENA WIGGERS, 2006; CAMPOS, 2008).

Além dessa introdução, o artigo se encontra organizado em duas seções. A primeira, intitulada *Aproximação ao tema*, é dividida em duas subseções, visando

² A escrita do nome completo de autores/as na primeira vez em que são citados no texto, seguida, nas demais citações, de referências apenas com seu sobrenome, é uma estratégia de escrita nomeada 'transparência de gênero', conforme Débora Diniz (2012).

apresentar as premissas teóricas e as notas metodológicas que dão sustentação ao trabalho. Na segunda seção, são apresentados os resultados do levantamento da literatura, de acordo com os dois termos de busca compostos para o desenvolvimento de nossa investigação. Nas considerações finais, retomamos o objetivo que nos levou a desenvolver o presente estudo, pontuando algumas considerações, a partir dos achados do levantamento realizado.

APROXIMAÇÃO AO TEMA

Construção do Estado da Questão: premissas teóricas

A temática proposta para o dossiê “Educação, infâncias e práxis pedagógica: registrar e documentar movimentos de (re)existência na Educação Infantil” nos instigou a uma reflexão sobre o fazer docente junto a essa etapa, levando em consideração as condições necessárias para a realização de um trabalho de qualidade em uma instituição de educação coletiva de crianças de até seis anos.

Em nossa compreensão, esse seria um trabalho no qual a documentação pedagógica tornar-se-ia uma materialidade capaz de registrar a potência de um trabalho de equipe, considerando, também, a participação das crianças e das famílias, expressando a vivência de experiências cotidianas marcadas pela singularidade de cada grupo/turma. E, para que tal possibilidade possa se tornar realidade, seria necessário que cada coletivo tivesse acesso a espaços e tempos para observar, refletir, se interrogar e negociar concepções sobre o que é qualidade na Educação Infantil, construindo caminhos para o desenvolvimento de uma ação sensível e de caráter autoral na docência junto às infâncias (ANNA BONDIOLI, 2004).

A Educação Infantil figura como primeira etapa da educação básica há aproximadamente 27 anos, se considerarmos o reconhecimento dado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Ldben), n.º 9.394/96. Ao longo dessas quase três décadas, testemunhamos muitos movimentos de luta pela valorização das profissionais dessa etapa e pela garantia de condições dignas de trabalho.

A qualidade “da” e “na” Educação Infantil (BRUNA RIBEIRO, 2015) está alicerçada em uma série de aspectos que, em conjunto, desdobram-se em parâmetros para o funcionamento de estabelecimentos próprios, consolidados em documentos nacionais (BRASIL, 2012) de maneira a cumprir os objetivos da etapa, conforme dita o artigo 29 da Ldben.

No caso brasileiro, além dos baixos índices de acesso frente à demanda, existem dados preocupantes acerca da desigualdade entre os diferentes grupos da sociedade, sendo mais prejudicadas as crianças que residem nas periferias das cidades ou no campo em relação àquelas que residem nos centros urbanos. Igualmente, os grupos sociais mais vulneráveis, assim como as crianças negras, são aqueles que se encontram mais longe do direito a uma vaga na creche ou na pré-escola, como evidenciam os dados de monitoramento do atual PNE (INEP, 2022).

Em nosso país, as condições da qualidade da oferta se mostram mais desiguais quanto menor a criança, uma vez que a faixa etária de zero a três anos tende a receber menor atenção da sociedade e das políticas públicas no que se refere ao seu direito educacional em relação ao grupo de crianças de quatro e cinco anos, já incorporado à educação escolar obrigatória (FÚLVIA ROSEMBERG; AMÉLIA ARTES, 2012; MARIA LUIZA FLORES; MARTA LÚCIA SILVA, 2022).

Quando analisado o segmento creche, essa qualidade tende a ficar aquém, se comparada ao segmento pré-escola, dado o número maior de profissionais sem a devida formação. Em relação aos bebês, é importante salientar que estes, apesar de sua potência em termos de capacidades de aprendizagem, são "[...] corporalmente frágeis diante de propostas educativas equivocadas ou negligentes [...]" (PATRÍCIA VIEIRA BONFIM; LUCIANA ESMERALDA OSTETTO, 2020). Daí, mais uma vez, a importância de primar pela qualidade da formação docente e das condições de trabalho para um planejamento pedagógico efetivo, incluindo a possibilidade de consolidação de uma adequada documentação pedagógica.

A importância de estudos voltados à questão da qualidade da Educação Infantil em relação ao mapeamento das condições de trabalho e do atendimento oferecido às infâncias já foi apontada por Campos, Füllgraf e Wiggers (2006, p.89):

A preocupação com a baixa qualidade do atendimento foi crescendo à medida que surgiram os primeiros estudos sobre as condições de funcionamento dessas instituições, principalmente creches vinculadas aos órgãos de bem-estar social. Eles revelaram as precárias condições dos prédios e equipamentos, a falta de materiais pedagógicos, a baixa escolaridade e a falta de formação dos educadores, a ausência de projetos pedagógicos e as dificuldades de comunicação com as famílias.

Dentre as experiências direcionadas à avaliação da qualidade, podemos destacar a produção e disseminação, por iniciativa do MEC, do documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009), voltado à autoavaliação institucional,

o qual se desdobrou, mais adiante, em experiência peculiar de atualização e aplicação de instrumento próprio para esse fim na cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2016).

Em 2015, a Universidade Federal do Paraná coordenou estudo em âmbito nacional, organizado em rede, voltado à avaliação da qualidade de contextos educativos, cujos principais resultados reforçam a importância da abordagem formativa e participativa que envolva todas as pessoas implicadas nos processos pedagógicos e contribua com elementos para a definição de uma política nacional de avaliação da qualidade da Educação Infantil que considere nossa realidade (GISELE SOUZA; CATARINA MORO; ANGELA COUTINHO, 2015; BRASIL, 2015).

Sobre a documentação pedagógica e a qualidade

A documentação pedagógica se constitui o instrumento mais vivo e reflexivo que podemos ter na Educação Infantil, uma vez que o planejamento não serve apenas para organizar propostas de vivências com as crianças, mas pode, ainda, refletir práticas éticas, políticas e estéticas vivenciadas no cotidiano escolar, princípios estes que devem ser contemplados nas propostas pedagógicas das escolas de Educação Infantil, de acordo com as DCNEI (BRASIL, 2009).

Determina a Ldben que a Educação Infantil deve ser organizada de acordo com algumas regras comuns, relevantes para serem trazidas aqui devido ao diálogo com o tema da documentação pedagógica. São elas: “I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental; [...] V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e de aprendizagem da criança” (BRASIL, Lei n.º 9.394/96, art. 31, incisos I e V).

Em ambos os casos, evidencia-se a importância do cuidado com os registros do cotidiano, que serão fundamentais para a elaboração de uma documentação pedagógica consistente, uma vez que: “Os diferentes elementos que constituem a organização da prática pedagógica devem ser tomados como partes de um processo contínuo de investigação por parte das professoras [...]” (BRASIL, 2015, p. 97). Para esse fim, são igualmente importantes as diferentes formas de registro a serem utilizadas de modo composto, como a observação das crianças em diferentes situações e espaços do cotidiano, em fotos, vídeos, em gravações de voz, em produções das próprias crianças e nos registros escritos dos adultos.

Cabe, ainda, destacar que a análise das diferentes formas de registro deve ser partilhada por adultos e crianças, sendo das docentes a responsabilidade de organizar o processo de documentação pedagógica e das mantenedoras a responsabilidade de prover espaços, tempos e infraestrutura para que cada coletivo “[...] trabalhe conjuntamente discutindo acerca do planejamento, dos registros de observação e da avaliação.” (BRASIL, 2015, p. 99).

Em seu art. 10, as DCNEI determinam que as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para o acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de seleção, promoção ou classificação. No parágrafo segundo, há a indicação da “[...] utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, etc.)” (BRASIL, CNE/CEB, Res. 05/09, art. 10). Aqui um dado importante é o destaque para o registro feito pelas crianças, garantindo dessa maneira o seu espaço de autoria.

Com a possibilidade de representar passado, presente e futuro, fazendo um elo entre as experiências vividas e se constituindo a base do planejamento futuro, realizado entre pares, o termo “processo documental” vem sendo “[...] utilizado para nomear os documentos que são construídos a partir da coleção de materiais observáveis (anotações do professor, fotos, filmagens, produções das crianças, planejamento do professor)” (MEC/UNESCO, 2018, p. 13).

Dentre as experiências internacionais com maior repercussão em nosso país, no sentido de contribuir para pensarmos a qualidade na perspectiva tanto das políticas quanto das práticas relativas à educação e ao cuidado das crianças de zero a seis anos, destacam-se aquelas desenvolvidas em algumas regiões do Norte da Itália, especialmente na Emilia-Romagna, na Lombardia e na Toscana (FLORES, 2022).

O tema da documentação pedagógica se destaca na produção em língua italiana de tal maneira que chegou até nós, nas últimas décadas, apresentado em estreito diálogo com as reflexões que evidenciam a importância do contato das crianças com a arte, em todas as suas formas expressivas e as experimentações daí derivadas no cotidiano das instituições. Em texto em que se abordam as possibilidades da educação pela arte, Zuccoli (2017) destaca a “[...] potencialidade da documentação como forma de reflexão metacognitiva tanto para as crianças quanto para os adultos educadores, gestores das unidades educativas e pais e mães” (FRANCA GIULIANA ZUCCOLI, 2017, p. 1).

Na maior parte das experiências desenvolvidas na Emilia-Romagna, a documentação pedagógica ocupa lugar de centralidade, fazendo um elo entre os

sujeitos nos vários níveis de engajamento nas instituições educativas para crianças pequenas, constituindo-se a base de processos de planejamento e avaliação da qualidade e dando suporte à busca por melhoria, na medida em que torna visíveis os processos individuais e coletivos. Para Marina Maselli (2013), documentar se relaciona com a memória, elemento básico da experiência humana que nos permite o não esquecimento, o não apagamento da história vivida.

Para que as profissionais possam exercer de forma plena as suas atribuições, é necessário que a instituição e/ou mantenedora dos estabelecimentos garanta condições adequadas de trabalho e subsidie ações docentes por meio da garantia de direitos essenciais. Para que se dê conta de tantas tarefas e da forma adequada, o tempo passa a ser peça fundamental no processo educativo, uma vez que aprender em conjunto exige interações de qualidade; logo, planejar e documentar com os pares também demanda tempos e espaços próprios para tal, superando a pressa que marca as relações humanas nos tempos atuais e, em muitos casos, as práticas escolares.

Sobre a valorização docente e a jornada de trabalho

Entendemos que a valorização das profissionais que atuam na Educação Infantil é um aspecto fundamental a ser considerado em estudos sobre as dimensões da qualidade do atendimento nessa etapa; trazemos, portanto, à luz algumas discussões sobre a distribuição do tempo de trabalho das professoras. O termo “carga horária” tanto especifica o tempo de duração da jornada de trabalho quanto pode ser interpretado como uma carga real, um peso a ser carregado por mulheres que já trabalham em dupla ou tripla jornada em nossa sociedade.

Mesmo com avanços na legislação versando sobre condições de trabalho, como destacam Marli Lúcia Tonatto Zibetti e Sidnéia Ribeiro Pereira (2010), poucos estudos têm priorizado essa sobreposição de jornadas e suas repercussões para a qualidade de vida das educadoras e, conseqüentemente, para a qualidade da própria oferta educacional. O tempo estipulado em lei para o planejamento, que pode contribuir para um melhor arranjo dessa carga de trabalho, ainda não é usufruído por todas as profissionais que atuam na etapa. De acordo com os dados do censo escolar (INEP, 2021), as mulheres correspondem a 96,3% da docência junto às crianças de até seis anos; refletir sobre as condições de trabalho das profissionais dessa etapa é, portanto, extremamente relevante.

A Educação Infantil como hoje a temos foi uma conquista determinada pelo envolvimento dos movimentos feministas e sociais, como o movimento negro, articulando dois aspectos importantes, quando falamos de condições de trabalho: o direito das crianças e o direito das mulheres, pois nessas instituições ocorre o encontro desses dois grupos menos prestigiados socialmente, em uma relação que envolve cuidado e afeto, mas que também deve ser pautada pelo conhecimento específico e pelo consequente profissionalismo.

Quando falamos sobre a importância de uma documentação pedagógica potente, é preciso refletir sobre em qual momento da jornada de trabalho se faz possível realizá-la com qualidade. José Firmino de Oliveira Neto (2020) afirma, em sua tese de doutorado que versa sobre a formação de professoras/es: “Reforçamos que professor crítico não se cala, ao contrário, manifesta-se cotidianamente — é político!” (NETO, 2020, p. 189). Diz o autor que esse caráter político precisa ser desenvolvido desde a formação inicial para que continue existindo quando as professoras/es ingressarem no serviço público ou em instituições educacionais privadas.

Nessa arena de disputas (STEPHEN JOHN BALL; JEFFERSON MAINARDES, 2011), existe um movimento de correlação de forças que envolve muito mais do que uma simples aceitação de que as condições de trabalho são importantes para que se alcance uma educação de qualidade. Existe, ainda, uma disputa de manutenção hegemônica (MICHAEL APPLE, 2015) do poder que envolve um projeto de nação. Ofertar as condições adequadas de trabalho implica um posicionamento político que coloca o financiamento da educação em primeiro plano, contemplando aspectos da valorização docente.

Uma vez que a educação passe a ser a prioridade de um país como o Brasil, a lógica hegemônica de manutenção do poder, dentro de um modelo econômico neoliberal, fica ameaçada e, por isso, desde a promulgação da Lei 11.738/08, estamos travando tal batalha, uma vez que, em muitos municípios brasileiros, ainda hoje, a legislação de valorização do magistério em instituições públicas não é aplicada.

Concordamos com Adriana Flério Esteves Pinto (2016), quando esta evidencia que o caminho da valorização docente “[...] não foi percorrido por toda a educação de forma equânime nesse nosso vasto país.” (PINTO, 2016. p. 23). Entre a Constituição Federal (CF/88) e a Lei n.º 11.738/08, muitas disputas foram e continuam sendo travadas. De acordo com o Parecer CNE/CEB n.º 9/2009, o debate sobre “[...] a correta organização da Carreira do Magistério transcende os interesses específicos da categoria;

significa, na verdade, condição *sine qua non* para a oferta de um ensino de qualidade nas escolas brasileiras.” (BRASIL, Parecer CNE/CEB n.º 9/2009, p. 2).

Visando investigar se e, de que forma, a literatura recente do campo vem abordando as inter-relações entre esses termos relevantes para a qualidade da Educação Infantil, realizamos uma busca pelos descritores “documentação pedagógica”, “valorização docente” e “qualidade”, cruzados com Educação Infantil, em revistas selecionadas e no Portal da Capes, mas não localizamos produção resultante de tal cruzamento. Quando pesquisamos os termos em separado, após a leitura do título e do resumo, também não localizamos artigos que sugerissem cruzar tais descritores.

Mesmo assim, prosseguimos a leitura do material a partir de 270 resumos que sugerem temas relacionados, mas não foi identificada relação consistente entre esses três descritores para o caso da Educação Infantil. A busca combinada das palavras-chave que seriam fundamentais para a argumentação de nosso artigo no portal de periódicos da Capes (“condições de trabalho docente”) AND (“hora atividade”) AND (qualidade))³, igualmente, resultou em zero.

Sendo assim, retornamos ao levantamento bibliográfico, dessa vez a partir da construção de dois termos de busca que, pensamos, poderiam trazer resultados de interesse para os estudos da área; nessa etapa, selecionamos 17 artigos que foram lidos na íntegra, movimento que será apresentado na seção seguinte.

Construção do Estado da Questão: notas metodológicas

Visando realizar um levantamento bibliográfico referente à temática em questão, construímos dois termos de busca: um voltado ao levantamento do estado da questão, com foco na documentação pedagógica; outro com foco nas condições de trabalho. Assim procedemos por ser nosso entendimento que, para a elaboração de uma documentação pedagógica de qualidade na Educação Infantil, ainda são necessárias algumas ações de (re)existência das profissionais com vistas à garantia de direitos da categoria, dentre eles a destinação de um terço da carga horária de trabalho para a realização de atividades com foco nas práticas educativas, mas sem interação direta com os/as educandos/as.

³ Utilizamos acima as palavras-chave e os operadores booleanos “ ”, (), AND e OR em combinações que serão detalhadas mais adiante.

O levantamento bibliográfico se deu entre os meses de fevereiro e abril de 2023. Para a seleção dos artigos, definimos como critério de inclusão aqueles que faziam referência mais detalhada às palavras-chave, que contivessem a descrição, ao longo do texto, de práticas que consideramos pertinentes ao tema e que apresentassem proposições que contribuíssem para a matéria do artigo.

Foram excluídos os documentos que apenas citavam as palavras-chave sem aprofundamento descritivo e aqueles que, pelo título e/ou resumo, se distanciaram do tema aqui pesquisado, dando ênfase a outros aspectos. Para realizar essa etapa do estudo, procedemos, em um primeiro momento, à leitura flutuante (PRISCILA KOHLSANTOS; MARÍLIA COSTA MOROSINI, 2015) e, em um segundo momento, à leitura na íntegra dos artigos selecionados, em um movimento de organização por categorias, com base na técnica de análise de conteúdo (LAURENCE BARDIN *et al.*, 2020). As bases de dados consultadas foram quatro:

(1) a Revista Zero-a-Seis, por se tratar de periódico que tem como finalidade publicar artigos e entrevistas resultantes de pesquisas sobre a Educação Infantil e de áreas que buscam “[...] contribuir com o diálogo disciplinar a fim de compreender mais amplamente a infância e as relações educativas” (Revista Zero-a-Seis, 2023)⁴;

(2) a Revista da Fineduca, a qual tem como objetivos divulgar “[...] estudos, pesquisas, reflexões sobre a prática e promover o intercâmbio e o debate de ideias, contribuindo para o aperfeiçoamento das ferramentas analíticas e das concepções teóricas e metodológicas de seu campo de abrangência”⁵;

(3) a Revista Retratos da Escola, por ser esta a revista da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) que “[...] surgiu como um periódico científico cuja base de existência e consolidação dirige-se a repensar a educação básica nacional, tendo sempre em vista dimensões como gratuidade, laicidade, qualidade e democratização da educação”⁶; e

(4) o Portal de Periódicos da Capes, em função dos recursos de busca adicionais disponíveis nesta plataforma e que nos permitiram uma verificação mais apurada dos resultados encontrados nas três revistas. Para trabalhar no Portal da Periódicos da

⁴ Definição extraída do site da Revista Zero-a-seis, disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/about> Acesso em: abr. 2023.

⁵ Definição extraída do site da FINEDUCA, disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/index> Acesso em: abr. 2023.

⁶ Definição extraída do site da Revista Retratos da Escola. <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/about> Acesso em abr. 2023.

Capes, ativamos o CAFE. A busca pode ser mais refinada com os operadores booleanos, uma vez que a plataforma suporta essa configuração.

Para uma definição mais fidedigna, os termos inicialmente propostos foram verificados previamente no Thesaurus Brasileiro da Educação⁷, sendo, então, definidos como segue:

(1) documentação pedagógica, registro, planejamento e qualidade da Educação Infantil (ou na creche ou na pré-escola); e

(2) valorização docente, jornada de trabalho e educação infantil (ou na creche ou na pré-escola).

Como critério de busca dos artigos, delimitamos o período entre 2009, ano seguinte à promulgação da Lei n.º 11.738/08, que dispõe sobre o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (PSPN), até as publicações de 2022, por ser esse o ano subsequente à regulamentação da Lei n.º 14.276/21, que modifica regulamentações do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Entendemos que o período indicado, abarcando treze anos, seria adequado para a localização de resultados de pesquisas sobre as condições de trabalho das professoras de Educação Infantil, abordando de maneira inter-relacionada temas vinculados aos termos de busca.

Durante o levantamento, observamos que duas revistas eletrônicas disponibilizavam apenas as publicações após 2011 e 2012, o que impediu o levantamento de artigos escritos antes desse período nessas fontes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Documentação pedagógica, registro, planejamento e qualidade da Educação Infantil

O levantamento para o termo de busca 1 resultou num total de 270 artigos e, após uma seleção a partir dos critérios de inclusão/exclusão, restaram 38 artigos.

⁷ O [Thesaurus Brasileiro da Educação \(Brased\)](https://www.gov.br/inep/pt-br) é um vocabulário controlado que reúne termos e conceitos relacionados entre si, com base em uma estrutura conceitual previamente estabelecida da área de educação. Surgiu a partir da demanda de indexação e recuperação de acervos da Biblioteca do Cibec e, desde então, tem orientado pesquisas de usuários, produtos e serviços de instituições educacionais. Atualmente, busca atender a demandas de outras áreas produtoras de informação do Inep, integrando termos e conceitos já elaborados por essas áreas. Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br> Acesso em abr./2023.

Destes, selecionamos sete, que compõem o escopo da análise e são apresentados no Quadro n.º 1:

Quadro n.º 1. Artigos selecionados com base no termo 1: documentação pedagógica, registro, planejamento e qualidade da Educação Infantil⁸.

Título	Autor/a/as/es	Ano
Planejamento: uma prática fundamental na educação infantil	Lívia de Mello Reis, Bethania Medeiros Geremias	2014
As diretrizes curriculares nacionais da educação infantil: em busca de um trabalho pedagógico com qualidade	Alessandra de Carvalho Faria, Maristela Angotti	2014
A qualidade da educação infantil nos documentos orientadores do MEC e normas legais	Barbara Cristina Hanauer Taporosky, Adriana Aparecida Dragone Silveira	2022
Documentação pedagógica em uma experiência formativa na educação infantil: um olhar para o princípio estético	Luciane Pandini-Simiano, Anna Carla Luz Lisboa	2022
Registro de práticas e formação de professores: reflexão, memória e autoria	Amanda Cristina Teagno Lopes Marques, Maria Isabel de Almeida	2011
Pesquisa-formação com mini-histórias na educação infantil	Elaine Conte, Cristiele Borges dos Santos Cardoso	2022
A documentação pedagógica como narrativa peculiar na creche	Luciane Pandini-Simiano	2018

Fonte: Portais das revistas: Zero-a-Seis, Fineduca e Retratos da Escola; Portal de periódicos da Capes. **Sistematização:** autoras.

Valorização docente, jornada de trabalho e Educação Infantil

A partir da composição do termo de busca 2, obtivemos um total de 314 artigos, do qual foram retirados aqueles que se repetem entre as bases de dados, resultando, então, 200 trabalhos. Realizando a leitura dos resumos e fazendo uma busca pelas palavras-chave e suas variações no corpo do texto, foram selecionados 10 trabalhos para análise, os quais são apresentados no Quadro n.º 2:

Quadro 2. Artigos selecionados com base no termo 2: valorização docente, jornada de trabalho e educação infantil.

Título	Autor/a/as/es	Ano
Jornada de trabalho na educação infantil após a implementação da Lei nº 11.738/08: um mapeamento	Stephanie Santana Oliveira, Emília Peixoto Vieira.	2022

⁸ As produções localizadas são apresentadas nos quadros 1 e 2 subgrupadas pelas revistas e pelo portal pesquisados.

dos estudos da temática		
Solidão/individualismo na docência da educação infantil: consequência ou projeto?	Graziella Souza Santos, Sandra Cristina Vanzuita da Silva, Wagner Eduardo Estácio de Paula	2020
Um olhar sobre a evolução da legislação acerca da valorização docente no Brasil	Aline Kazuko Sonobe, José Marcelino de Rezende Pinto	2015
Uma análise de planos de cargos, carreira e remuneração do magistério da educação básica pública no Brasil	Rogério Fernandes Gurgel, Luiz de Sousa Júnior	2013
Planos de carreira e valorização docente	Isabela Macena dos Santos, Eva Pauliana da Silva Gomes, Edna Cristina do Prado	2022
O papel do sindicalismo na valorização docente em João Pessoa-PB	Valdegil Daniel de Assis, Luiz de Sousa Junior, Vanusa Nascimento Sabino Neves, Raquel do Nascimento Sabino	2022
Educação básica paraense: expropriação do tempo e desvalorização do trabalho docente	Abelcio Nazareno Santos Ribeiro, Vera Lúcia Jacob Chaves	2022
Financiamento educacional e valorização docente na Educação Infantil	Silvia Franceline Rodrigues, José Eustaquio de Brito	2017
Identidade, docência e formação de professoras que atuam em creches: um diálogo com a pesquisa	Núbia Schaper Santos, Víviam Carvalho de Araújo, Wagner Silveira Rezende	2018
Formação docente e condições de trabalho da Educação Infantil	Efigênia Maria Dias Costa, Fabrícia Sousa Montenegro, Maria de Fátima Silveira	2018

Fonte: Portais das revistas: Zero-a-Seis, Fineduca e Retratos da Escola; Portal de periódicos da Capes. **Sistematização:** autoras

Relações entre as condições de trabalho e a documentação pedagógica para a qualidade da Educação Infantil, segundo a revisão bibliográfica

Bárbara Taporoski e Adriana Silveira (2022), em artigo na Revista Zero-a-seis, fazem uma análise do que está dito na legislação vigente e nos documentos orientadores das políticas para a etapa sobre a qualidade da Educação Infantil, concluindo que essa qualidade não está dada, mas que se constrói e que pode diferir, quando analisamos, especificamente, a creche ou a pré-escola.

Em trabalho cujo enfoque é sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Alessandra Faria e Maristela Angotti (2014) defendem que esse documento, que busca balizar as práticas pedagógicas a serem planejadas para as

crianças de zero a seis anos, deve se constituir o alicerce para as atividades desempenhadas com a criança da primeira infância em uma perspectiva de qualidade.

À luz daquilo que Loris Malaguzzi preconizou na Itália, Amanda Marques e Maria Isabel de Almeida (2011) destacam as contribuições da bibliografia italiana à documentação pedagógica, colocando-a como um instrumento de pesquisa docente e a serviço de uma pedagogia da escuta, uma vez entendido que as infâncias utilizam inúmeras linguagens para se expressar e aprender. Dentro dessa perspectiva, o documentar figura como um ato de profundo respeito às infâncias.

Para Livia de Mello Reis e Bethania Geremias (2014), a partir das observações feitas em um determinado coletivo de docentes, cada grupo de crianças é único e cada realidade escolar é uma, constituída de culturas diferentes, em momentos históricos singulares, não sendo possível seguir um roteiro predeterminado. Se assim o fosse, apenas seguiríamos manuais padronizados e não poderíamos elaborar planejamentos próprios. Nessa perspectiva, o planejamento surge como resultado de um pensar de forma consciente para alcançar objetivos dentro de uma dada realidade.

A documentação pedagógica é definida por Elaine Conte e Cristiele Cardoso (2022) como uma provocação ao aprendizado sobre as crianças e sobre os processos de desenvolvimento humano, em trabalho em que se apresentam as mini-histórias como um recurso para viabilizar a documentação pedagógica na Educação Infantil, respeitando as infâncias e suas experiências, e contribuindo para narrar o rico cotidiano infantil.

Em artigo no qual apresenta resultados de sua tese de doutoramento, Luciane Pandini-Simiano (2018) se refere à documentação pedagógica como uma narrativa peculiar no caso da creche, apresentando o ato de documentar como uma ação que constrói a memória viva do cotidiano infantil, sendo esse um fator determinante na constituição de relações em uma dada realidade.

Como apontam Pandini-Simiano e Anna Carla Lisboa (2022), a documentação passa a figurar como um aspecto relevante na leitura das infâncias pela possibilidade de registrar nuances a partir da perspectiva do olhar e da escuta docente em relação à produção infantil implicada nesse processo. Nesse sentido, para as autoras, documentar exige abertura e sensibilidade, em uma ação que demanda tempo e organização.

Para que os movimentos acima descritos se efetivem com qualidade no cotidiano das instituições, trazemos ao diálogo o tema das condições de trabalho e, até mesmo, das condições de vida da profissional incumbida dessa tarefa, apresentando os resultados da revisão do estado da questão.

Stephanie Oliveira e Emília Vieira (2022), a partir de levantamento bibliográfico com foco no tema 'jornada de trabalho na Educação Infantil pós-implementação da Lei n.º 11.738/08', considerando o período entre 2008 e 2019, constataram uma morosidade para aplicar a legislação no âmbito de sistemas de ensino municipais localizados em seis unidades da federação, além de diferentes arranjos no que diz respeito às formas utilizadas para valorização do magistério.

Graziela Santos *et al.* (2020), em pesquisa qualitativa realizada com 15 professoras de um núcleo de Educação Infantil municipal do Sul do país, utilizando a metodologia de grupo focal, trazem reflexões sobre a solidão das professoras dessa etapa tanto em termos de categoria profissional quanto em relação à prática docente cotidiana, mostrando que isso é um dos reflexos da desvalorização profissional, que precisa ser combatida desde a formação inicial.

Rogério Fernandes Gurgel e Luiz de Sousa Junior (2013), em artigo em que apresentam resultados de pesquisa que analisou os PCCRs de 12 estados e suas capitais, contemplando as cinco regiões do Brasil, evidenciam que, em relação à repartição da jornada de trabalho e à formação continuada, existem escolhas práticas a serem feitas pelos gestores públicos para que ocorra o acesso ao tempo de 1/3 de hora-atividade reservada ao planejamento e à formação continuada. A pesquisa destaca que a ausência de um Sistema Nacional de Educação contribui para que as normativas legislativas nacionais, e mesmo as políticas de Estado, como o PNE, os Planos Estaduais de Educação (PEEs) e os Planos Municipais de Educação (PMEs), sejam encaradas como políticas de governo em vez de serem políticas de Estado.

Em artigo no qual apresentam parte da monografia intitulada "Análise das condições de trabalho e da política de valorização dos professores da Rede Municipal de Ribeirão Preto (1996-2006)", Aline Sonobe e José Marcelino de Rezende Pinto (2015) traçam uma linha histórica das legislações que promovem a valorização docente e mostram como esse processo vem se dando nessa rede municipal específica. As disputas em torno da aplicação da Lei n.º 11.738/08 e o questionamento de sua constitucionalidade no primeiro ano subsequente à sua promulgação, que só foi validada pelo Supremo Tribunal Federal em 2011, são os destaques da pesquisa. Os autores afirmam que não bastam legislações bem-feitas e que garantam os direitos; é necessário, ainda, muita luta e mobilização para que as legislações ganhem vida e de fato se materializem no dia a dia.

Isabela Santos *et al.* (2022), em pesquisa de caráter quantitativo, apresentam um panorama sobre a valorização docente nos 102 municípios do estado de Alagoas.

Os dados coletados em entrevistas foram cruzados com informações de um *site* de concursos públicos, e as categorias de análise foram os PCCRs dos municípios, bem como a concepção de valorização docente. Trata-se de uma pesquisa extensa em termos de fontes e dados, que versa, inclusive, sobre a disponibilização *online* dos PCCRs como um critério de transparência para a visibilidade do tema. Nesse estudo com informações coletadas junto a diversos atores, evidencia-se como ainda existem entraves entre a legislação que prevê a valorização do magistério e a sua efetiva implementação.

Valdergil Assis *et al.* (2021), em pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica e documental, coletaram produções teóricas e normativas sobre o sindicalismo docente no Brasil, as políticas públicas educacionais e o financiamento da educação nacional, considerando as especificidades do município de João Pessoa, no período do Fundeb, entre 2006 e 2017. Ao longo do texto, Valdergil de Assis, Luiz de Sousa Junior, Vanusa Nascimento Sabino Neves e Raquel do Nascimento Sabino contam como foi o processo de criação do primeiro PCCR docente de João Pessoa e destacam nesse processo a importância do reconhecimento do direito de representação por sindicatos, trazido com a CF/88 e com a promulgação da Lei n.º 11.738/08.

Vera Ribeiro e Abécio Chaves (2022) nos revelam como o tempo, ou seja, a hora de trabalho das professoras e professores é uma materialidade em disputa, principalmente com o avanço das políticas neoliberais. A partir de pesquisa documental, fazem uma retomada histórica da composição da jornada docente no estado do Pará e sublinham que, no início do período da revolução industrial, foram os movimentos dos trabalhadores que buscaram, pela sua organização, a conquista por uma jornada de trabalho mais justa. Os autores trazem a argumentação sobre o tempo/carga-horária expressa no voto do Ministro Ricardo Lewandowski na Manifestação da Procuradoria-Geral da República, de 06/11/2018, que, ao julgar o mérito de constitucionalidade da Lei n.º 11.738/08, discorre sobre a descrição do trabalho de professoras e professores e sobre a importância do tempo reservado às atividades de planejamento e formação.

A partir da busca no portal de periódicos da Capes, selecionamos três artigos cujo conteúdo apresentamos a seguir. Silva e Brito (2017) colocam em foco reflexões acerca da valorização docente e do financiamento educacional na Educação Infantil apresentadas nas Reuniões Anuais da ANPEd (2010–2015) e nos Encontros da Fineduca (2014–2015), revelando que existe pouquíssima produção sobre a remuneração e a valorização de professoras da Educação Infantil: “Não há o reconhecimento da natureza e das especificidades do trabalho desempenhado pelo professor da Educação Infantil e

ainda há poucos trabalhos que focalizam as condições de trabalho sobre essa etapa de ensino.” (SILVA; BRITO, 2017, p. 257).

Santos *et al.* (2018), em pesquisa quanti-qualitativa realizada em 2016 com professoras de creches do município de Juiz de Fora/MG, tiveram como objetivo “[...] construir o perfil da professora que atua em creches conveniadas do município, buscando compreender quais são os saberes/fazer docentes necessários para atuação com bebês e crianças na faixa etária de 0 a 3 anos de idade.” (SANTOS *et al.*, 2018, p. 32). Os achados da pesquisa destacam a exaustão presente no processo de trabalho docente e constata a falta de pesquisas sobre as condições de trabalho e a valorização das profissionais dessa etapa.

A pesquisa quanti-qualitativa do tipo descritiva e exploratória realizada por Dias Costa *et al.* (2018) com professoras de Educação Infantil de cinco municípios do Brejo Paraibano, por meio de questionário com perguntas fechadas, no ano de 2017, analisou a formação docente e as condições de trabalho em Educação Infantil. Questões como a desvalorização, o baixo percentual de financiamento, o desconhecimento do trabalho realizado pelas professoras de Educação Infantil, a continuidade de exigência de formação mínima em nível médio, a resistência à aplicação da legislação, a sobreposição de jornadas de trabalho devido ao fato de esta ser, ainda, uma força de trabalho majoritariamente feminina surgem como elementos resultantes da pesquisa.

Os textos sobre o tema da documentação pedagógica costumam apresentar a defesa desta como algo respeitoso para com as infâncias, o que permite identificar as singularidades das crianças em um grupo, propiciando experiências estéticas que as auxiliam no entendimento de si e do mundo. Ou seja, muito se fala sobre as crianças, público-alvo da Educação Infantil, e pouco se discute sobre a necessidade das docentes que atuam com as infâncias em relação a experiências voltadas à sua própria formação cultural e estética.

Nos achados dos estudos que fizeram parte deste estado da questão, quando o tema é valorização profissional, o foco esteve colocado, prioritariamente, sobre a questão salarial, sendo menos relevante a discussão sobre as condições de trabalho. A partir desses resultados, entendemos ser necessário o desenvolvimento de estudos que articulem a desejada qualidade nas práticas pedagógicas junto às crianças a condições de trabalho que permitam a sistematização de uma documentação pedagógica consistente, o que poderia contribuir, inclusive, para a própria valorização profissional.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Retomando o objetivo do artigo e face aos resultados encontrados no levantamento do estado da questão, em primeiro lugar afirmamos que há a necessidade de significativos avanços no campo da valorização docente na Educação Infantil, incluindo carreira, remuneração e jornada, uma vez que, na realidade de algumas redes de ensino, as docentes dessa etapa possuem condições de contratação e de trabalho mais precárias do que aquelas que atuam nas demais etapas da educação básica.

Em função da escassa produção encontrada na literatura para os termos por nós propostos, apontamos a necessidade de desenvolvimento de mais estudos que articulem temas como condições de trabalho, planejamento e registro, documentação pedagógica e qualidade no campo da Educação Infantil, de maneira a evidenciar a interdependência entre tais aspectos.

Desde nosso ponto de vista, uma documentação pedagógica consistente e que materialize as práticas cotidianas desenvolvidas em instituições de Educação Infantil poderá contribuir para a consolidação dessa etapa no âmbito da educação básica, respeitando suas especificidades, bem como colaborar para a valorização da profissão docente, articulando os direitos das crianças e das profissionais.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA**. Educação e Contemporaneidade, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2013.

AMARAL, Nelson Cardoso. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, p. 1-25, 2017. Disponível em: [Com a PEC 241/55 \(EC 95\) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE \(2014-2024\)?](#)

ASSIS, Valdergil Daniel de; JUNIOR, Luiz de Sousa; NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; SABINO, Raquel do Nascimento. O papel do sindicalismo na valorização docente em João Pessoa- PB. **Retratos da Escola**, [s. l.], v. 15, n. 33, p. 926-944, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v15i33.1248>. Acesso em: 4 abr. 2023.

APPLE, Michael Whitman. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BALL, Stephen John; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BARROS, Tainara Batista; SOUZA, Rita de Cássia de; EUCLIDES, Maria Simone. O estado da arte das pesquisas sobre antirracismo na Educação Infantil (2013-2021). **Práxis Educativa**, [s. l.], v. 17, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.17.19403.047>. Acesso em: 4 abr. 2023.

BONDIOLI, Anna. (ORG.). **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada**. Campinas: Autores Associados, 2004. 233p.

BONFIM, Patrícia Vieira; OSTETTO, Luciana Esmeralda. Na gestualidade de professoras e bebês, o corpo fala de relações. **Revista Educação & Formação**, v. 5, n. 2, p. 115-132, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. D.O.U de 23/12/1996, pág. nº 27833.

BRASIL. **Lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. D.O.U de 10/01/2001, Pág. nº 1.

BRASIL. **Lei n.º 11.494/2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. D.O.U de 21/06/2007, pág. nº 7

BRASIL. **Lei n.º 11.738, de 16 de julho de 2008**. Piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. D.O.U de 17/07/2008, pág. nº 1

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 15 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. D.O.U de 26/06/2014, pág. nº 1

BRASIL. **Lei n.º 14.113/2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). D.O.U de 25/12/2020, pág. nº 1

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n.º 2, de 28 de maio de 2009**. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública. Brasília: CNE/CEB, 2009. D.O.U de 29/5/2009, Seção 1, p. 41 e 42

BRASIL. **Res. 05, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: CNE/CEB, 2009. D.O.U de 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Contribuições para a Política Nacional: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto**. Curitiba: Imprensa/UFPR; Brasília: MEC/SEB, 2015.

BRASIL. **Educação Infantil**: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação. Documento produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela **Portaria número 1.147/2011**. Brasília: MEC/SEB/ COEDI, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Documentação Pedagógica**: concepções e articulações - Caderno 2. Organização: Paulo Sergio Fochi. Brasília: MEC / UNESCO, 2018. 44 p.

BRASIL. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

CAMARGO, Rubens Barbosa; JACOMINI, Maria Aparecida. Carreira e salário do pessoal docente da educação básica: algumas demarcações legais. **Educação em foco**, Belo Horizonte, ano 14, n. 17, p. 129-167, jul. 2011. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CAMPOS, Maria Malta; FÜLLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 36, n. 127, p. 87-128, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742006000100005>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CAMPOS, Maria Malta. Educar crianças pequenas: em busca de um novo perfil de professor. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 2, n. 2/3, p. 121-131, jan./dez. 2008. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/130>. Acesso em: 31 jan. 2023.

CONTE, Elaine; CARDOSO, Cristiele Borges dos Santos. Pesquisa-formação com mini-histórias na educação infantil. **Educação e Pesquisa**, v. 48, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248257250> Acesso em: 20 fev. 2023.
DINIZ, Debora. **Carta de uma orientadora**. Brasília: Letras Livres, 2012.

DE MELLO REIS, Livia; GEREMIAS, Bethania Medeiros. Planejamento: uma prática fundamental na educação infantil. **Zero-a-Seis**, v. 16, n. 30, p. 304-315, 2014. <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2014n30p104> Acesso em: 20 fev. 2023.

DIAS COSTA, Efigênia Maria; SOUSA MONTENEGRO, Fabricia; SILVEIRA, Maria de Fátima. Formação docente e condições de trabalho na Educação Infantil. **Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad**, [s. l.], v. 4, n. 3, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17561/riai.v4.n3.3>. Acesso em: 4 abr. 2023.

FARIA, Alessandra de Carvalho; ANGOTTI, Maristela. As diretrizes curriculares nacionais da educação infantil: em busca de um trabalho pedagógico com qualidade. **Zero-a-seis**, p. 217-230, 2014. <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2014n30p17>. Acesso em: 4 abr. 2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. POA: Artmed, 2009. 405p.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues; SILVA, Maria Lúcia da. Pressupostos teórico-metodológicos da Cidadania dos Bebês: contribuições de Fúlvيا Rosemberg para pensar o direito humano à educação. In: FLORES, Maria Luiza Rodrigues; SILVA, Maria Lúcia

da (Orgs.). **Pressupostos teórico-metodológicos e políticos da Cidadania dos Bebês**: contribuições de Fúlvia Rosemberg. São Paulo: EDUC, 2022. p. 17-41.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues. Experiências participativas de avaliação da qualidade da Educação Infantil na Emilia Romagna. In: RIBEIRO, Bruna (ORG.). CARVALHO, Flávia (Ilustradora). **Abordagens participativas na Educação Infantil**: saberes necessários para nos manter em voo. SP: Passarinho, 2023. 304p. (p. 266-285).

GURGEL, Rogério Fernandes; JÚNIOR, Luiz de Sousa. Uma análise de planos de cargos, carreira e remuneração do magistério da educação básica pública no Brasil. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, [s. l.], v. 3, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/58391>. Acesso em: 3 abr. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. **Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf Acesso em: 31 mar. 2023.

MARQUES, Amanda Cristina Teagno Lopes; ALMEIDA, Maria Isabel de. A documentação pedagógica na Educação Infantil: traçando caminhos, construindo possibilidades. **Rev. Educação Pública**. Cuiabá, v. 20, n. 44, p. 413-428 set./dez. 2011. Disponível em: DOI: 10.29286/rep.v20i44.315. Acesso em: 31 mar. 2023.

NAZARENO SANTOS RIBEIRO, A.; JACOB CHAVES, V. L. Educação básica paraense: expropriação do tempo e desvalorização do trabalho docente. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 36, p. 991-1009, 2022. DOI: 10.22420/rde.v16i36.1633. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1633>. Acesso em: 10 nov. 2023.

NETO, José Firmino de Oliveira. **Práxis Docente**: as tramas que envolvem o saber de fazer dos professores Licenciatura em Ciências. Tese. Programa de Educação em Ciências Pós-graduação em Matemática da Universidade Federal de Goiás. 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/.pdf> Acesso em: 31 mar. 2023.

OLIVEIRA, Stephanie Santana; VIEIRA, Emília Peixoto. **Zero-a-Seis**, [s. l.], v. 24, n. 46, p. 1232-1257, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2022.e86288> Acesso em 31 mar. 2023.

OURIQUE, Maiane Liana Hatschbach. BUENO, Tamara Insauriaga. ALMEIDA, Alessandra Londero. A subexistência das sensibilidades na educação infantil: detalhes à margem na relação pedagógica. **Revista Zero-a-seis**. v. 24 n. 46 (2022), p. 1144-1167. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2022.e84660> Acesso em: 6 abr. 2023.

PANDINI-SIMIANO, Luciane. A documentação pedagógica como narrativa peculiar na creche. **Pro-Posições**, v. 29, p. 164-186, 2018. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0002>. Acesso em: 4 abr. 2023.

PANDINI-SIMIANO, Luciane; LISBOA, Anna Carla Luz. Documentação pedagógica em uma experiência formativa na educação infantil: um olhar para o princípio estético.

Educação e Pesquisa, v. 48, 2022. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248246869>por Acesso em: 4 abr. 2023.

PESSOA, Camila Turati; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Docência na Educação infantil: um estudo do sentido pessoal para refletir sobre políticas públicas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [s. l.], v. 6, n. 1, 2017. Disponível em: [Docência na Educação infantil: um estudo do sentido pessoal para refletir sobre políticas públicas](#). Acesso em: 4 abr. 2023.

PINTO, Adriana Flério Esteves. **Formação inicial e políticas de valorização das professoras que atuam na educação infantil**: um estudo de caso no município de Canoas/RS (1988-2016). TCC. Especialização em Docência na Educação Infantil. UFRGS, 2016. 65 f. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/> Acesso em: 21 fev. 2023

QUEIRÓZ, Luciano Barbosa de; BARBOSA, Jeorge Luis Aguiar; CAMPOS, Lucas Cândido; SANTOS, Ida Celine Gonçalves; SOUZA, Amanda Pereira Borges de. Implicações do neoliberalismo para a educação infantil: um relato de experiência. **Educação**, [s. l.], p. 135–148, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644425259>. Acesso em: 22 fev. 2023.

RIBEIRO, Bruna. Avaliação da educação infantil no Brasil: subsídios para o debate. In: **Rede Marista Solidariedade Avaliação "da" e "na" educação infantil**: significando conceitos e práticas. Rede Marista de Solidariedade. Curitiba: Champagnat, 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia Maria Mott; ARTES, Amélia. O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, Maria Carmen Silveira *et al.* (Orgs.). **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012, p. 13-69.

SANTOS, Núbia Schaper; ARAÚJO, Víviam Carvalho de; REZENDE, Wagner Silveira Identidade, docência e formação de professoras que atuam em creches: um diálogo com a pesquisa. **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 29–41, 2018. <https://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/2451/2492> Acesso em: 18 fev. 2023.

SANTOS, Graziella Souza; SILVA, Sandra Cristina Vanzuita da; PAULA, Wagner Eduardo Estácio de. Solidão/ individualismo na docência da Educação Infantil: consequência ou projeto! **Zero-a-Seis**, [s. l.], p. 125–146, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22n41p125>. Acesso em: 18 fev. 2023.

SANTOS, Isabela Macena dos; GOMES, Eva Pauliana da Silva; PRADO, Edna Cristina do. Planos de carreira e valorização docente. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 36, p. 1011–1029, 2022. DOI: 10.22420/rde.v16i36.1549. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/> . Acesso em: 18 fev. 2023.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista**. São Paulo: SME / DOT, 2016. 72p.

SONOBE, Aline Kazuko; PINTO, José Marcelino de Rezende. Um olhar sobre a evolução da legislação acerca da valorização docente no Brasil. FINEDUCA - Revista de

Financiamento da Educação, [S. l.], v. 5, 2015. DOI: 10.17648/fineduca-2236-5907-v5-68057. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/68057>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SOUZA, Gisele de; MORO, Catarina; COUTINHO, Angela Scalabrin. **Formação da rede em educação infantil**: avaliação de contexto. Curitiba, Appris, 2015. 239p.

TAPOROSKY, Barbara Cristina Hanauer; SILVEIRA, Adriana Aparecida Dragone. A qualidade da educação infantil nos documentos orientadores do MEC e normas legais. **Zero-a-Seis**, v. 24, n. 45, p. 312-336, 2022. Acesso em 21 de fev. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2022.e80549>.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; PEREIRA, Sidnéia Ribeiro. Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. **Educ. Rev.**, Curitiba, n. spe2, p. 259-276, 2010. <https://www.scielo.br/j/er/a/K7cJTTmXvLT3ZFKpCkdJ7BL/abstract/?lang=pt> Acesso em 21 de fev. 2023.

ZUCCOLI, Franca Giuliana. Educação pela arte como experiência, comunicação, experimentação e documentação: um percurso de pesquisa na educação infantil na Itália. **Revista Zero-a-seis**, v. 19, n. 36 p. 193-205 | jul-dez, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2017v19n36p193>. Acesso em 21 de fev. 2023.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

A IMPORTÂNCIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA PERSPECTIVA DA QUALIDADE DA/NA EDUCAÇÃO INFANTIL

The importance of working conditions for the construction of pedagogical documentation from the perspective of the quality in Early Childhood Education

Maria Luiza Rodrigues Flores

Doutora em Educação
Professora Associada
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Departamento de Estudos Especializados
Porto Alegre, Brasil
malurflores@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6577-681X>

Adriana Silva da Costa Vidaletti

Graduada em Pedagogia - Educação Infantil
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil
vidaletti.adrianasc@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5196-6644>

Aida Cunha Batista

Graduada em Pedagogia - Educação Infantil
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil
aidapontobatista@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9647-8305>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Travessa Nova Trento, 49/203. CEP 91.920-540, Tristeza, Porto Alegre, RS. Brasil

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: M. L. R. Flores, A. S. C. Vidaletti, A. C. Batista.

Coleta de dados: M. L. R. Flores, A. S. C. Vidaletti, A. C. Batista.

Análise de dados: M. L. R. Flores, A. S. C. Vidaletti, A. C. Batista.

Discussão dos resultados: M. L. R. Flores, A. S. C. Vidaletti, A. C. Batista.

Revisão e aprovação: M. L. R. Flores, A. S. C. Vidaletti, A. C. Batista.

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 21-05-2023 – Aprovado em: 12-10-2023